



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E PROFISSIONAL

1 cópia

ESCOLAS PROFISSIONAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Joaquim Azevedo

Aproveito esta oportunidade oferecida pela revista "Ensinus", que sinceramente agradeço, para reflectir uma das vertentes da vasta problemática do ensino profissional e das escolas profissionais: a política contratual com o Estado e o fortalecimento da sociedade civil.

Não posso deixar, no entanto, de alinhar um parágrafo que introduza o leitor menos envolvido neste segmento do sistema educativo. As escolas profissionais foram criadas em 1988/89 (D.L. 26/89 de 21/01). Nasceram fruto da iniciativa autónoma das instituições da sociedade civil - autarquias, empresas, associações empresariais e sindicais, instituições de ensino e fundações -, visam a qualificação de técnicos intermédios, destinam-se prioritariamente a jovens que tenham concluído o 9º ano, promovem uma formação de longa duração, fortemente solidificada numa formação socio-cultural e científico-tecnológica alargadas.

Existem em Portugal, em Abril de 1990, 50 escolas com 2050 alunos. O projecto é apoiado pelos Ministérios da Educação e do Emprego e prevê-se o seu crescimento nos próximos anos.

Voltemos então ao tema. As escolas profissionais são criadas num quadro de fortalecimento da sociedade civil e de estabelecimento de uma política contratual com o Estado. O que entendemos por isto?

O desenvolvimento social e económico do nosso país (e não o mero crescimento económico) há-de ser alicerçado no robustecimento das comunidades locais e no reforço das dinâmicas sociais e das solidariedades locais. Os recursos devem ser mobilizados em



função de objectivos e metas consignadas no seio do jogo dos actores locais e das suas relações com a comunidade nacional e internacional.

Certamente que ao desenvolvimento local não é estranha a primordial importância dos recursos humanos. O ensino e a formação técnica e profissional podem e devem inscrever-se naqueles objectivos e naquelas metas e, por isso, as iniciativas de formação devem radicar na mobilização de interesses locais, preferentemente associados.

O Estado não deverá ocupar-se com o controle das iniciativas mas incrementar a autonomia dos projectos reservando-se para o incentivo e para a orientação gerais, proporcionando debate e comunicação entre escolas, corrigindo assimetrias regionais e sociais, preservando a qualidade e garantindo o apoio técnico e financeiro indispensáveis à boa execução das acções.

Por isto dizemos que as escolas profissionais ao assentarem na iniciativa autónoma dos promotores e na associação de promotores locais está a apostar no desenvolvimento local.

Participar no desenvolvimento

Sem erguermos ao pedestal as teorias do capital humano acreditamos que o forte campo de interacções entre escolas profissionais e a mobilização autónoma dos actores locais, por um lado, e os projectos e as dinâmicas que proporcionam melhor qualidade de vida às populações, por outro, constitui um efectivo potencial de desenvolvimento local.



Este será certamente desencadeado de modos e com intensidade diversas. A eficiência das escolas profissionais em relação aos processos de desenvolvimento regionais e locais será tanto maior quanto: se tecer e fortalecer a interpenetração horizontal dos esforços - os mais diversos - em ordem ao desenvolvimento; se envolverem os vários grupos sociais e culturais com interesses diferenciados, sobretudo aqueles que correm maiores riscos de exclusão social; se preparem os jovens não tanto para ocupar postos de trabalho mas para o desempenho de diversos papéis sociais, entre eles o de trabalhador, inserido numa família de profissões; se articularem as práticas lectivas com os dinamismos sociais, empresariais e culturais da comunidade de modo a potenciar o êxito social e profissional da inserção socio-profissional dos jovens e a sua mobilidade ascendente.

Esta territorialização das escolas profissionais (bem diferente do processo de abertura de uma escola secundária) será consequente na medida em que gere sinergias e relações complexas no tecido social e não vise legitimar e levar mais longe a intervenção do Estado-todo-poderoso. O segredo está na autonomia, no exercicio e no crescente alargamento da autonomia.

A autonomia conquista-se

Através da assinatura de um contrato-programa estabelecem-se, na generalidade, as regras do jogo. A escola profissional deverá iniciar, desde a primeira hora, a difícil conquista da autonomia. Trata-se, na verdade, de um processo lento, complexo, cheio de movimento de avanços e recuo. A autonomia, para alguns promotores, resume-se à assinatura do contrato-programa. Esta concepção vai originando pouco a pouco uma cascata de dependências que constitui simultâneamente um processo de desterritorialização progressiva e de afastamento dos objectivos do desenvolvimento local.



A autonomia pedagógica, administrativa, financeira, a real geração de dinâmicas sociais locais são fruto de conquistas como: desenvolvimento de protocolos e acções envolvendo entidades locais, incremento de programas escolares adequados, criação de práticas pedagógicas apropriadas à diversidade dos alunos, incremento de atitudes de cooperação entre equipas de alunos e entre professores, articulação das aprendizagens com a vida local e o estudo dos seus problemas, fomento de projectos educativos e diversificação das fontes de financiamento por uma diversidade de agentes locais.

Estratégias locais de formação

Fundamental se torna, assim, que das escolas profissionais sejam erradicados todos os "falsos promotores", ou seja, todos os que visam prosseguir meros objectivos completamente desconectados com os objectivos mais consensuais de progresso das comunidades locais.

O Estado promove uma ampla articulação horizontal de interesses, de entidades diversas e complementares, de programas e de projectos de desenvolvimento e fomenta a construção de um rosto próprio para cada escola profissional.

No exercício do seu papel os organismos estatais terão tendência para prosseguir as tradicionais práticas centralistas e burocráticas. Não é fácil ultrapassar momentaneamente atavismos tão cavados nas práticas administrativas portuguesas. A exposição à crítica mútua será certamente algo a prosseguir permanentemente.

O repto está lançado a todos, incluindo ao próprio Estado. É com muita esperança que participamos neste movimento de autonomização das escolas profissionais, autênticos alfobres de animação social e de intervenção activa no desenvolvimento local do país.



O perigo "funcionalista", como se bastasse abrir uma escola profissional e lançar "certificados" para o mercado para intervir na formação sócio-económica e organizacional das empresas, espreitará em muitas escolas. Só a implementação de estratégias locais de formação, num processo lento e contínuo construído pelos agentes locais o poderá debelar.

Porto, Abril de 1990